

Superior Tribunal de Justiça

RECURSO ESPECIAL Nº 1.828.017 - MG (2019/0215580-0)

RELATOR : MINISTRO BENEDITO GONÇALVES
RECORRENTE : UNIÃO
RECORRIDO : MARCO AURELIO REIS
ADVOGADO : DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO

EMENTA

PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO. RECURSO ESPECIAL. PARCELAS DE SEGURO-DESEMPREGO.CONTRATO TEMPORÁRIO. EXIGÊNCIA DE RESTITUIÇÃO. FUNDAMENTO AUTÔNOMO NÃO IMPUGNADO. SÚMULA 283/STF. RECURSO ESPECIAL NÃO CONHECIDO.

DECISÃO

Trata-se de recurso especial interposto com fundamento no artigo 105, III, “a”, da Constituição Federal, contra acórdão proferido pelo TRF da 1ª Região, assim ementado (fl. 63):

ADMINISTRATIVO. PARCELAS DE SEGURO-DESEMPREGO.CONTRATO TEMPORÁRIO. EXIGÊNCIA DE RESTITUIÇÃO, POR PARTE DO BENEFICIÁRIO. IMPOSSIBILIDADE. PRESENÇA DOS REQUISITOS AUTORIZADORES PARA PERCEPÇÃO DO BENEFÍCIO.

1) em que pese a legislação estabelecer que a admissão do trabalhador em novo emprego é caso de suspensão da percepção do benefício do seguro-desemprego, tal regramento deve ser aplicado de modo a atender o conteúdo finalístico do benefício.

2) - O contrato de trabalho temporário não pode ser visto como forma de reintegração ao mercado de trabalho e servir como empecilho ao recebimento das parcelas do seguro-desemprego, na medida em que ao término do contrato temporário de trabalho persiste a situação de desemprego anteriormente criada.

3) Apelação da União não provida.

A recorrente alega violação dos artigos 3º, V, e 7, I, da Lei n. 7.998/1990, ao argumento de que não é possível o recebimento do seguro-desemprego em período de exercício de atividade remunerada, ainda que de caráter temporário.

Sem contrarrazões.

Juízo positivo de admissibilidade às fls. 85-86.

É o relatório. Passo a decidir.

Inicialmente, registra-se que “[a]os recursos interpostos com fundamento no CPC/1973 (relativos a decisões publicadas até 17 de março de 2016) devem ser exigidos os requisitos de admissibilidade na forma nele prevista, com as interpretações dadas, até então, pela jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça (Enunciado Administrativo n. 2, aprovado pelo Plenário do Superior Tribunal de Justiça em 9/3/2016)”.

A recorrente, ao deduzir a tese no sentido de não é possível o recebimento do seguro-desemprego em período de exercício de atividade remunerada, ainda que de caráter temporário, deixou de impugnar o fundamento do acórdão recorrido segundo o

Superior Tribunal de Justiça

qual "o contrato de trabalho temporário não pode ser visto como forma de "reintegração ao mercado de trabalho" e servir como empecilho ao recebimento das parcelas do seguro-desemprego, na medida em que ao término do contrato temporário de trabalho persiste a situação de desemprego anteriormente criada" (fl. 59).

A referida fundamentação, por si só, mantém o resultado do julgamento ocorrido na Corte de origem e torna inadmissível o recurso que não a impugnou. Incide à hipótese a Súmula 283/STF.

Ante o exposto, não conheço do recurso especial.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 08 de outubro de 2019.

MINISTRO BENEDITO GONÇALVES

Relator

